

GEOGRAFIA 1º SEMESTRE

Políticas ambientais brasileiras - Ordem Cronológica - 1934: código florestal, 1967: Instituto brasileiro de desenvolvimento florestal, 1973: Criação do SENA (secretaria especial do meio ambiente), 1980: Política nacional do meio ambiente, 1992: Criação do MMA (ministério do meio ambiente), 1998: Lei de crimes ambientais, 2000: Criação do SNVC (sistema nacional de unidades de conservação).

Áreas Protegidas e Unidades de Conservação (UC) - Áreas protegidas:

Áreas de Preservação Permanente (APP)- é uma área protegida pela legislação ambiental brasileira, que pode ser coberta por vegetação natural ou não. O principal objetivo dessas áreas é proporcionar aos seres humanos um meio ambiente ecologicamente equilibrado, **não pode ocorrer a intervenção humana.**

Reservas Legais (RL)- Reserva Legal, no Brasil, é um tipo de instrumento de proteção de espaços naturais previsto na Lei de Proteção da Vegetação Nativa. É uma área localizada no interior de uma propriedade rural, privada ou pública.

Território Indígena (TI)- segundo a legislação brasileira, são aquelas tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas do Brasil, habitadas em caráter permanente, utilizadas para as suas atividades produtivas.

Território Quilombola (TQ)- mais de quinze mil comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro mantêm-se vivas e atuantes, lutando pelo direito de propriedade de suas terras consagrado pela Constituição Federal desde 1988. **Unidades de Conservação:**

Uso Sustentável-

Área de Proteção Ambiental (APA)- são um tipo de área protegida previstas na legislação brasileira como parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que correspondem a áreas em geral extensa, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)- As RDS são territórios naturais habitados por populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo das gerações e adaptados às condições locais. Essas populações desempenham um papel fundamental na proteção da natureza, bem como na manutenção da diversidade biológica.

Floresta Nacional (FLONA)- As florestas nacionais possuem cobertura florestal predominantemente nativa, e têm como objetivos a promoção do uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

Reserva Extrativista (RESEX)- As Reservas Extrativistas, também conhecidas como REx ou RESEX, são áreas brasileiras protegidas do grupo das unidades de conservação. Sendo áreas utilizadas por populações tradicionais, cuja sobrevivência baseia-se no extrativismo e,

complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte.

Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)- As ARIE têm pouca ou nenhuma ocupação humana, constituída por terras públicas ou privadas. Sua finalidade é a manutenção dos ecossistemas naturais de importância regional ou local. Seu uso deve regular, a cada caso, atividades que possam pôr em risco a conservação dos ecossistemas.

Reserva de Fauna (REFAU)- Seu objetivo central é proteger populações de espécies nativas de fauna terrestre e aquática, residente e migratória, e viabilizar estudos técnico-científicos a respeito do seu manejo econômico e sustentável.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)- a RPPN deve prezar pela conservação biológica e pode ser utilizada para fins de pesquisa científica ou visitação turística, educacional e recreativa.

Proteção Integral-

Estação Ecológica (ESEC)- uma unidade de conservação de proteção integral, marinha ou terrestre, que tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Nessa categoria de unidade de conservação, é proibida a visitação pública (exceto com objetivo educacional). Localizada no **pantanal**.

Reserva Biológica (REBIO)- As reservas biológicas têm como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais. Engloba três biomas com grande potencial para a conservação da biodiversidade: **Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica**.

Monumento Natural (MONA)- tem como objetivo preservar a integridade de um elemento natural único, de extrema raridade ou beleza cênica, como, por exemplo, uma cachoeira, uma rocha e um cânion.

Refúgio de Vida Silvestre (REVIS)- Seu objetivo é proteger espaços naturais utilizados para a "existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória".

Parque Nacional (PARNA)- Têm como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação e de turismo ecológico.

1 CONTEÚDO FINALIZADO

CLIMAS DO BRASIL:

Clima Equatorial- se mantém estável ao longo do ano, sem muitas mudanças de temperatura, está localizado no norte do país.

Clima Tropical- chuvas abundantes, inverno com temperaturas amenas e clima seco, verão quente e chuvoso.

Clima Tropical Semiárido- longos períodos de estiagem (falta de chuvas), altas temperaturas.

Clima Tropical Litorâneo- clima quente e chuvoso, verões quentes e invernos menos abafados.

Clima Tropical de Altitude- verão quente e inverno com geadas.

Clima Subtropical- verão quente e úmido e inverno rigoroso.

BRASIL PRÉ-COLONIAL

Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil, fica oito dias e segue o caminho das Índias, quando retorna a Portugal diz que desviou o caminho sem querer (1.000 km), de pouco em pouco tempo um português ia até a terra de santa cruz, quando iam até lá explorava em busca de ouro, perceberam que a madeira tinha um pigmento vermelho (pau brasil), igual a brasa, brasa deu origem ao nome Brasil, mas o português não iria ir no meio das árvores, para pegar uma simples madeira, ou seja, colocavam os indígenas para fazerem isso, em troca dariam ferramentas que os indígenas não tinham, mas obviamente eles não estavam satisfeitos, tentaram transformar os indígenas em escravos, o que ocasionou uma rebelião.

Capitanias hereditárias- em 1534 o atual rei da época Don Juan III manda donatários para o Brasil, o dividindo em 15 partes, as únicas capitanias que sobreviveram foram a de Pernambuco e a de São Vicente, o rei poderia tirar a qualquer momento o donatário, pois o território era “dele”, ou seja, o donatário só residia ali, mas ele poderia ser forçado a se retirar se o rei assim quisesse, comunicação muita falha, levava cerca de seis meses no mínimo para a carta chegar em Portugal, como os portugueses estavam tentando implantar os engenhos de açúcar, precisavam de escravos, os índios não se submetiam mais, ocasionando as rebeliões indígenas, o rei de Portugal vendo aquela situação, decidiu colocar um órgão, que iria ter mais poder, iniciando o governo geral. Esses nobres foram denominados donatários e representavam a autoridade máxima da capitania. O donatário não era dono, mas deveria desenvolver a capitania com recursos próprios, responsabilizando-se por seu controle, proteção e desenvolvimento. Juridicamente, se estruturava o controle da capitania através de dois documentos: Carta de Doação e Carta Foral.

A Carta de doação dava a posse da terra ao donatário e a possibilidade de transmitir essa terra aos filhos, mas não a autorização de vendê-la. O documento dava também uma sesmaria de dez léguas da costa onde se deveria fundar vilas, construir engenhos, garantir a segurança e

colonização através do povoamento. Nela definia-se que o donatário era a autoridade máxima judicial e administrativa da capitania. Era ele que controlava a escravização indígena, a aplicação da justiça, penas e recolhimento de impostos. A Carta Foral por sua vez estipulava tributos e a distribuição dos lucros da produção das capitanias, definindo o que pertencia à Coroa e o que pertencia aos donatários.

Governo Geral- sua sede foi criada em Salvador, Tomé de Sousa, ser tornou o primeiro “governador”, onde detinha mais poder, fazendo com que as capitanias durassem um pouco mais

MERCANTILISMO

Conjunto de ideias e práticas econômicas, a fonte de riqueza de uma nação era determinada, pelo comércio com o mercado exterior, ou a quantidade de ouro e prata que aquela nação detinha, o rei tinha o controle total da economia, balança comercial favorável: riqueza= exportar mais do que importar, monopólio sobre as atividades manufatureiras e mercantis, a burguesia comprava por preços mais baixos e vendiam com preços maiores. **Protecionismo** - proteger o mercado interno através de taxas alfandegarias. **Metalismo**- riqueza do país medida pela quantidade de ouro e prata que um país possuía.

Mercantilismo metalista-Predomínio da concepção metalista, devido ao impacto da exploração de grandes reservas de metais preciosos nas Américas a partir do século XVI.

Mercantilismo comercial- Baseava-se nas práticas comerciais de produtos monopolizados, graças à exploração das colônias.

Mercantilismo industrial- Práticas de incentivo às manufaturas nacionais, de modo a proteger a economia interna, aumentar as exportações e reduzir a entrada de mercadorias estrangeiras.